

RETROSPECTIVA
1º SEMESTRE
2024

RELATÓRIO ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Relações Institucionais

ATUAÇÃO

Retrospectiva do 1º semestre

LEIS FEDERAIS

Projetos transformados em Lei

DESTAQUES DA AGENDA DO AGRO

Reuniões em defesa do produtor rural

MONITORAMENTO LEGISLATIVO

Acompanhamento dos projetos do Agro

ALINHAMENTO PARLAMENTAR

Representando o produtor rural

PRODUTOS ARI

Informações de interesse
para o produtor

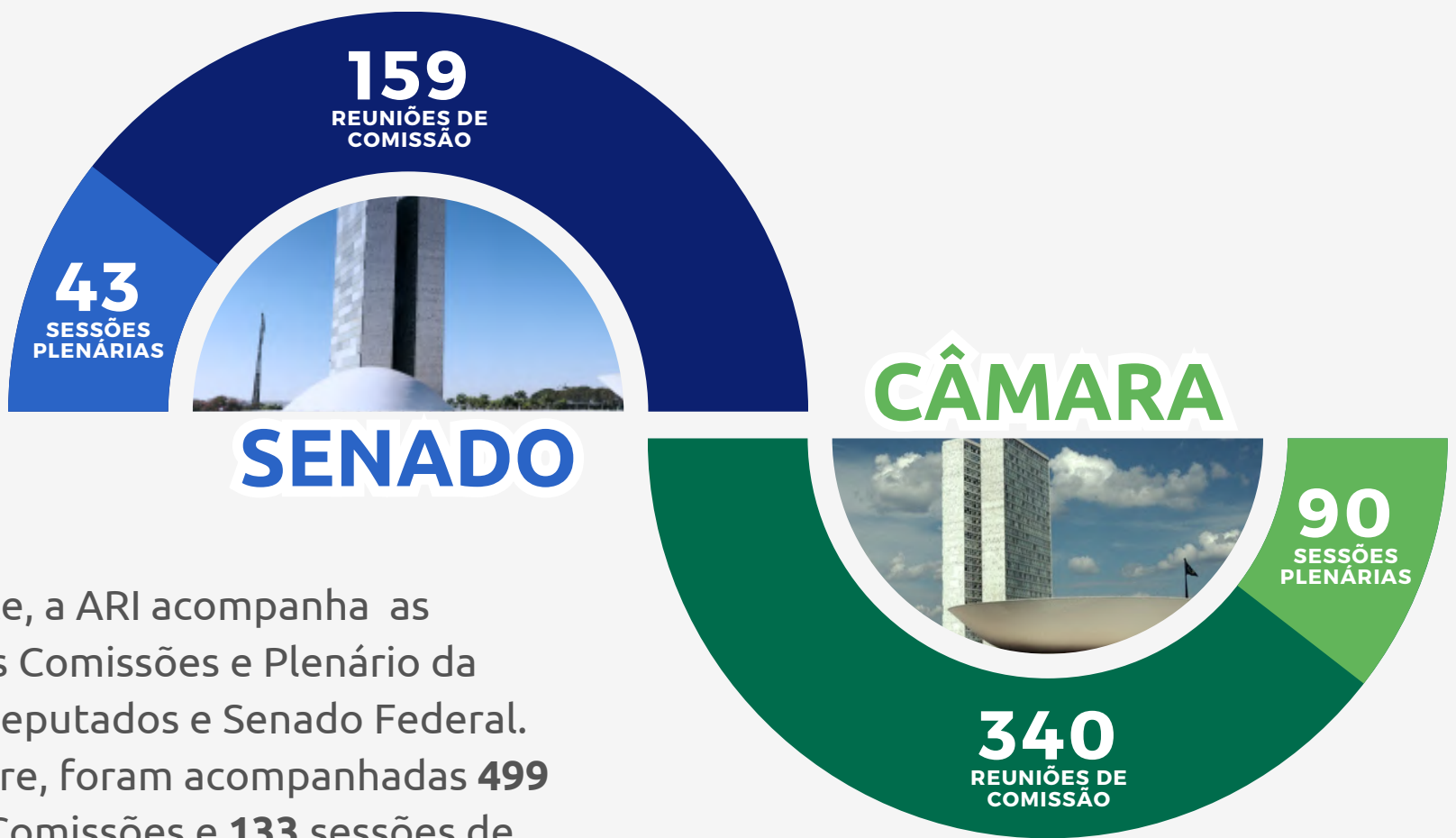
1

Atuação

A ponte entre o Legislativo e o agronegócio,
integrando as demandas do setor às
políticas públicas

PRINCIPAIS AVANÇOS

DESTAQUES DO 1º SEMESTRE NA CÂMARA E SENADO



Semanalmente, a ARI acompanha as atividades das Comissões e Plenário da Câmara dos Deputados e Senado Federal. Neste semestre, foram acompanhadas **499** reuniões em Comissões e **133** sessões de Plenário.

PRINCIPAIS MATÉRIAS AVANÇADAS:

REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Parlamentares garantiram isenção da carne na reforma tributária

Por 336 votos a favor, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a regulamentação da reforma tributária. Após articulação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e das entidades do Agro, os deputados aprovaram emenda do deputado Rodolfo Nogueira (PL/MS) que incluiu carnes, peixes, queijos e sal na lista de alimentos com alíquota zero de IBS e CBS.

“Foram 18 temas acatados. A FPA pensou e agiu sempre pensando no bem-estar do produtor rural”, disse o presidente da FPA, dep. Pedro Lupion (PP/PR).



PL 528/2020 (CD) - COMBUSTÍVEL DO FUTURO

Autor: Dep. Jerônimo Goergen (PP/RS)

Relator: Dep. Arnaldo Jardim (CID/SP)

Aprovado em 13 de março, no Plenário da Câmara, o PL que cria programas nacionais de diesel verde, de combustível sustentável para aviação e de biometano. O texto foi um substitutivo do dep. Arnaldo Jardim (Cidadania/SP) ao PL 528/20. A matéria já está no Senado.



PL 709/2023 (CD) - SANÇÕES AOS INVASORES

Autor: Dep. Marcos Pollon (PL/MS)

Aprovado em maio, no Plenário da Câmara dos Deputados, o PL que acaba com benefícios de programas federais para invasores de propriedades particulares, sejam elas urbanas ou rurais. A matéria está aguardando apreciação pelo Senado Federal.



PL 715/23 (CD) - SAFRISTAS

Autor: Dep. Zé Vitor (PL/MG)

Aprovado em 19 de junho, no Plenário da Câmara, o projeto que assegura ao trabalhador rural o direito de continuar recebendo benefícios sociais, como o Bolsa Família, durante a execução dos contratos de safra. A matéria está no Senado e já teve requerimento de urgência apresentado para sua votação.



PL 3833/23 (CD) - EMPRÉSTIMOS RURAIS NO RS

Autor: Dep. Zucco (PL/RS) e Rodolfo Nogueira (PL/MS)

Aprovada em junho, a matéria que perdoa ou adia o vencimento de parcelas de financiamentos rurais tomados por empreendimentos localizados nos municípios do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida. O PL já está no Senado e recebeu parecer favorável do relator, senador Ireneu Orth (PP/RS).



PL 699/ 23 (SF) - PROFERT

Autor: Sen. Laércio Oliveira (PP/SE)

Aprovado no Senado, o PL que institui Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert). A matéria teve a relatoria da senadora Tereza Cristina (PL/MS) e foi aprovada em caráter terminativo na Comissão de Agricultura (CRA). O PL já está pronto para a pauta da Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados.



PL 1641/ 19 (SF) - RECURSOS HÍDRICOS

Autor: Sen. Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

A Comissão de Meio Ambiente aprovou o PL que insere o reúso da água entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. A proposta recebeu parecer favorável do relator, sen. Jaime Bagattoli (PL/RO), que apresentou um texto substitutivo. Sem recurso para votação em Plenário, a proposta foi enviada para a Câmara.



PL 5482/ 20 (SF) - ESTATUTO DO PANTANAL

Autor: Sen. Wellington Fagundes (PL/MT)

O projeto aprovado na Comissão de Meio Ambiente (CMA) dispõe sobre um conjunto de regras para a conservação e restauração do bioma Pantana. O PL obteve voto favorável do sen. Jayme Campos (União/MT) e foi aprovado na forma de texto substitutivo do relator. Sem recurso, foi encaminhado à Câmara.



PL 397/24 (SF) - FINANCIAMENTOS RURAIS

Autor: Sen. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

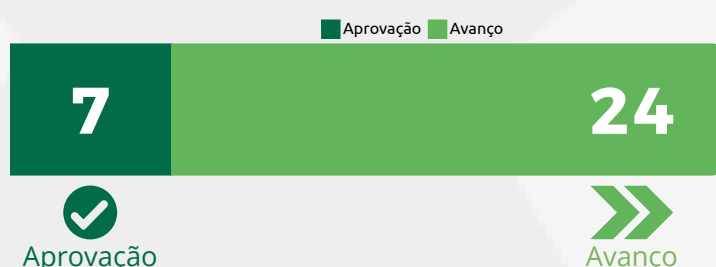
A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou o PL que adia o pagamento de parcelas de financiamentos rurais nos municípios onde tenha sido declarada situação de emergência, em virtude de seca ou inundação, como no Rio Grande do Sul, no Acre, em Roraima e em Rondônia. A matéria segue para a Câmara dos Deputados.



PL 1868/22 (SF) - RECURSOS HÍDRICOS

Autor: Comissão de Meio Ambiente do Senado

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou o parecer do sen. Jorge Seif (PL/SC), favorável ao projeto que atualiza e aprimora fundamentos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997), priorizando acesso à água para populações de baixa renda e agricultores familiares. A matéria está na Comissão de Assuntos Econômicos, aguardando a designação de relator.



Com a atuação legislativa da ARI e o apoio político de parlamentares conseguimos **AVANÇAR** e **APROVAR 11 projetos favoráveis para o agro** no âmbito das comissões e plenário, sendo **4** no Senado Federal e **7** na Câmara dos Deputados.

ATORES IMPORTANTES

A CNA destaca o árduo trabalho dos presidentes à frente das Comissões de Constituição e Justiça (CCJC) e de Agricultura e Pecuária (CAPADR) da Câmara dos Deputados, cujas pautas foram fundamentais para o avanço do setor.



CAROLINE DE TONI (PL/SC) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Liderou a deliberação e aprovação de importantes projetos de lei:

- Campos de Altitude (PL 364/19)
- Veda benefícios à Invasores de Terras (PL 709/23)
- Validade Importação de Leite em Pó (PL 952/19)
- Exclusão da Silvicultura da Lista de Atividades Potencialmente Poluidoras (PL 1366/2022)
- Incentivo ao Uso Sustentável da Água na Agricultura (PL 6903/2017)



VICENTINHO JR. (PP/TO) E EVAIR DE MELO (PP/ES) PRESIDENTES DA COMISSÃO DE AGRICULTURA

Os Presidentes se destacaram pelo empenho para a aprovação dos projetos de lei:

- Isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural para Imóveis Rurais Vítimas de Crimes (PL 2587/2023)
- Criação de Delegacias Especializadas em Conflitos Agrários (PL 3763/2023)
- Impedimento de Crédito Rural para Condenados por Crimes Ambientais (PL 4927/2020)

2

Leis Federais

Projetos que se tornaram Leis e fortalecem o produtor rural

LEIS FEDERAIS

CONQUISTAS PARA O PRODUTOR RURAL

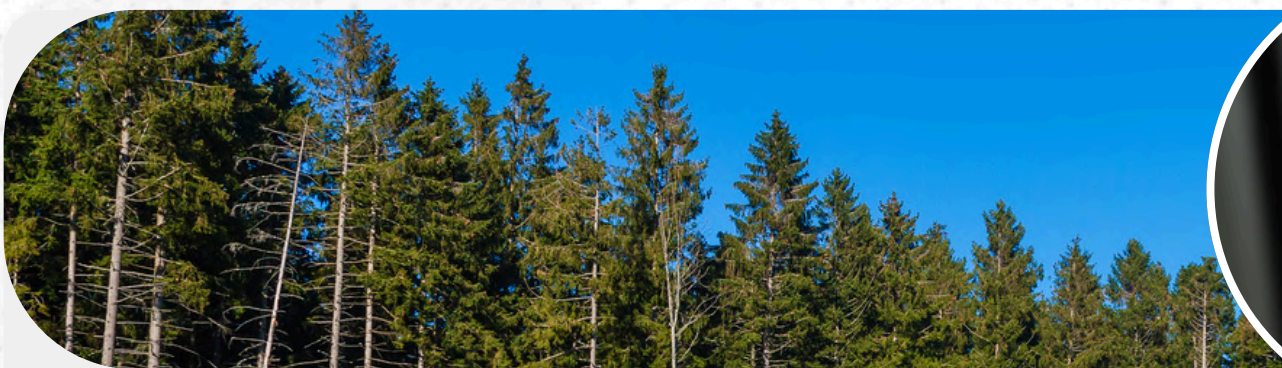


Lei 14.932/2024

CADASTRO AMBIENTAL PARA CÁLCULO DO ITR

Autor: Sen. Donizeti Nogueira (PT/TO)

Sancionada a Lei 14.932/24, que visa modernizar o sistema de apuração do Imposto Territorial Rural (ITR) e reduzir a burocracia para os produtores rurais. Aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) da Câmara dos Deputados, o PL 7611/2017 foi relatado pelo dep. Sérgio Souza (MDB/PR).



Lei 14.876/2024

SILVICULTURA

Autor: Sen. Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Sancionada a Lei 14.876/24, que exclui a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. O Projeto de Lei 1366/22, que deu origem à lei, é de autoria do ex-senador Alvaro Dias (Podemos/PR) e foi aprovado em maio pela Câmara dos Deputados.

LEIS FEDERAIS

CONQUISTAS PARA O PRODUTOR RURAL



Lei 14.870/2024

DIA NACIONAL DO PRODUTOR DE LEITE

Autores: Deps. Emidinho Madeira (PL/MG), Domingos Sávio (PL/MG) e Evair Vieira de Melo (PP/ES)

Foi sancionada a Lei 14.870/24, que cria o Dia Nacional do Produtor de Leite, a ser comemorado anualmente em 12 de julho. A norma surgiu do Projeto de Lei 6487/19, dos deputados Emidinho Madeira (PL/MG), Domingos Sávio (PL/MG) e Evair Vieira de Melo (PP/ES), aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.



Lei 14.943/2024

PIS/PASEP SOBRE FARELO DE MILHO

Autor: Sen. Cidinho Santos (PL/MT)

Sancionada a Lei 14.943/24, que suspendeu a incidência do PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para o farelo e o óleo de milho. A nova norma teve origem no Projeto de Lei 1548/22, do Senado, relatado pela senadora Tereza Cristina (PP/MS).



Lei 14.944/2024

MANEJO INTEGRADO DE FOGO

Autor: Poder Executivo

Sancionada em 31 de julho, a Lei 14.944/24, que estabelece diretrizes para o uso do fogo por meio da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, é oriunda do Projeto de Lei 1818/2022, aprovado pela Câmara em 2021, e pelo Senado sem alterações.

3

Destakes da Agenda Agro

Encontros e reuniões em defesa do produtor rural

ENCONTROS POLÍTICOS

REPRESENTANDO O PRODUTOR RURAL



AGENDA LEGISLATIVA DO AGRO 2024

20 DE MARÇO

Evento de alinhamento estratégico e publicização das pautas de interesse do agronegócio, com vistas a delimitar os assuntos de maior preponderância no Congresso Nacional.

38
parlamentares

PL (9)
PP (9)
MDB (6)

UNIÃO (6)
PSD (3)
REP (3)

PDT (1)
PSDB (1)



INAUGURAÇÃO ESPAÇO POLÍTICO

10 DE ABRIL

Ambiente destinado a reuniões de discussão sobre matérias importantes do agro, discussão de estratégias e alinhamento de apoios às pautas em defesa do produtor rural.

23
parlamentares

PP (6)
MDB (5)
PL (4)

UNIÃO (4)
PSD (2)
CID (1)

PSDB (1)



CAFÉ COM PAUTA

08 DE MAIO

Encontro para discussões estratégicas acerca de assuntos de alto impacto na agricultura. Ainda, reforço no alinhamento em defesa do produtor rural.

22
parlamentares

UNIÃO (5)
PL (4)
PP (4)

MDB (3)
PODE (2)
PDT (1)

PSD (1)
PSDB (1)
REP (1)



1º ENCONTRO CNA

21 DE MAIO

Encontro para estreitamento das relações políticas entre os parlamentares do agro, em sintonia com as discussões de matérias de impacto significativo no agro e para o produtor rural.

11
parlamentares
presentes

MDB (3)
PL (2)
CID (1)

PDT (1)
PP (1)
PSDB (1)

SD (1)
UNIÃO (1)

DIÁLOGO COM PARLAMENTARES



Deputado Evair de Mello (PP/ES)



Senador Ciro Nogueira (PP/PI)



Deputado Rafael Prudente (MDB/DF)



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COM PARTICIPAÇÃO DA CNA

REPRESENTANDO O PRODUTOR RURAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS:

- Resoluções do Conselho Monetário Nacional que tratam do Proagro
- Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural
- Concessão de crédito rural
- Dificuldades para o acionamento do Proagro
- Gargalos e desafios para escoamento da safra brasileira
- A moratória da soja
- Bioinsumos na evolução da agroindústria e os desafios para o setor
- PL 4338/23 sobre o Programa Emergencial para a Fabricação da Amônia e Ureia
- PLP 68/24 sobre a Regulamentação da Reforma Tributária
- Desafios do Setor de Distribuição de Energia Elétrica
- Regimes diferenciados: Reduções de Alíquotas e Créditos Presumidos

SENADO FEDERAL:

- PL 1869/2022 sobre as atualizações para a instituição de cinturões verdes
- Ações do INCRA no combate à invasão ilegal de terras
- Gargalos e desafios para o escoamento da safra brasileira nos próximos anos
- PL 2918/2021 sobre compensação financeira a entes federativos pela exploração de recursos hídricos para geração de energia elétrica
- PL 2088/2023 sobre Reciprocidade ambiental



4

Monitoramento

Acompanhamento de todas as proposições legislativas que impactam o produtor rural

LEGISLATIVO

DADOS DO SEMESTRE ATÉ JULHO

PAINEL AGROLEGIS

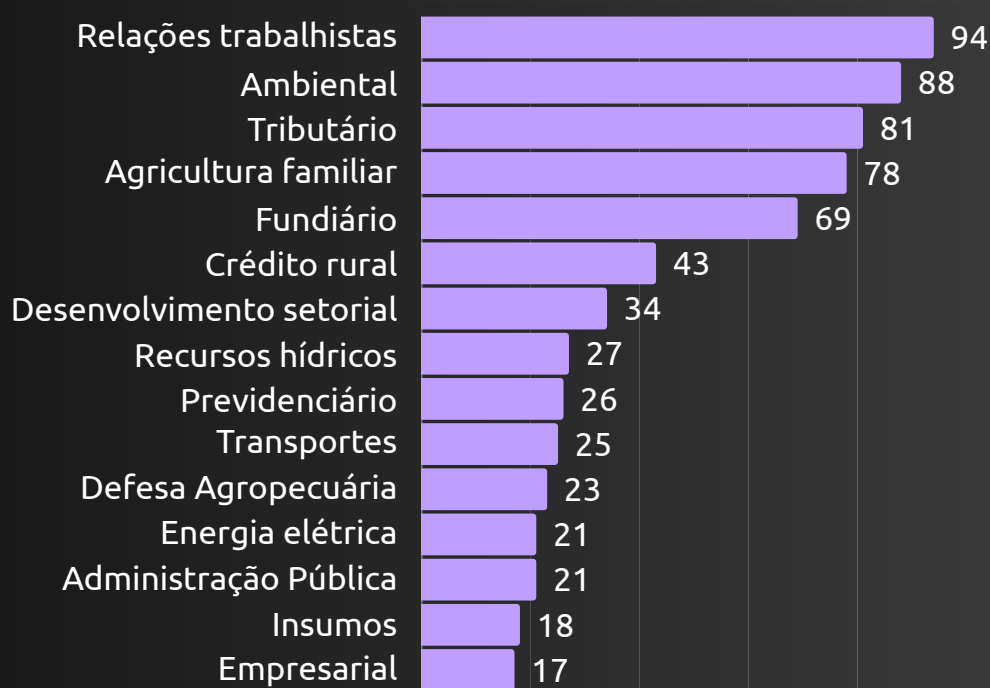
7450

PROPOSIÇÕES MONITORADAS PELA ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

6250

PROJETOS DE LEI, MEDIDAS PROVISÓRIAS, VETOS E MENSAGENS DO PODER EXECUTIVO

PRINCIPAIS TEMÁTICAS DAS PROPOSIÇÕES MONITORADAS



+ 230 PROPOSIÇÕES DE TEMÁTICAS VARIADAS

PRINCIPAIS AUTORES DE PROPOSIÇÕES FAVORÁVEIS AO AGRO

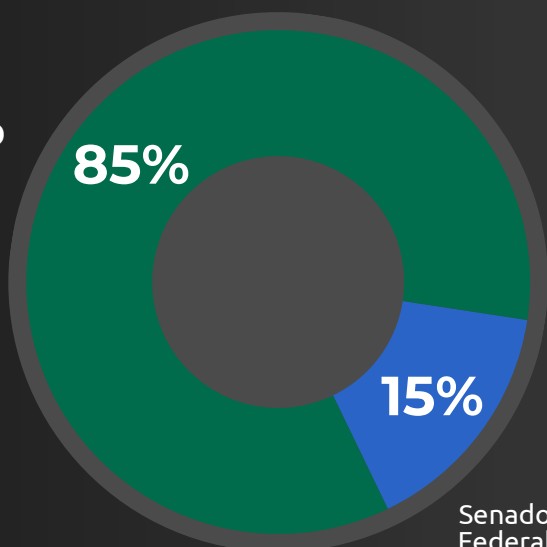
16	Carlos Bezerra	7	Caroline de Toni
13	Alceu Moreira	7	Jader Barbalho
13	Jerônimo Goergen	7	Marreca Filho
12	Lucio Mosquini	6	Alexandre Frota
10	Evair Vieira de Melo	6	Capitão Alberto Neto
10	José Medeiros	6	José Nelto
10	Laercio Oliveira	6	Marcelo Brum
9	Jose Mario Schreiner	6	Marcos Pollon
9	Luis Carlos Heinze	6	Wellington Fagundes
9	Zé Vitor	6	Zé Silva
8	Marangoni	6	Zequinha Marinho

+ 590 PROPOSIÇÕES DE AUTORES COM MENOS DE 6 CADA

DISTRIBUIÇÃO POR CASA LEGISLATIVA

Aumento de **47** fevereiro a julho

Câmara dos Deputados **6.301**



Senado Federal **1.149**

Aumento de **25** projetos de fevereiro a julho

Senado Federal

Grau de Importância*

110	Alto Impacto
125	Médio Impacto
110	Baixo Impacto
730	Em Análise

Câmara dos Deputados

Grau de Importância*

369	Alto Impacto
479	Médio Impacto
540	Baixo Impacto
4.421	Em Análise

*DEMAIS MATÉRIAS DEVOLVIDAS OU SEM INTERESSE

MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DOS PROJETOS INCLUÍDOS NO MONITORAMENTO

IMÓVEIS RURAIS

Foi apresentado o PL 1882/24, pelo deputado Sérgio Souza (MDB/PR), que altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, para ampliar de 10 para 15 anos o prazo para que os interessados ratifiquem os registros imobiliários referentes a imóveis rurais com origem e títulos de alienação ou concessão de terras devolutas, expedidos pelos Estados em faixa de fronteira, com área superior a quinze módulos fiscais.



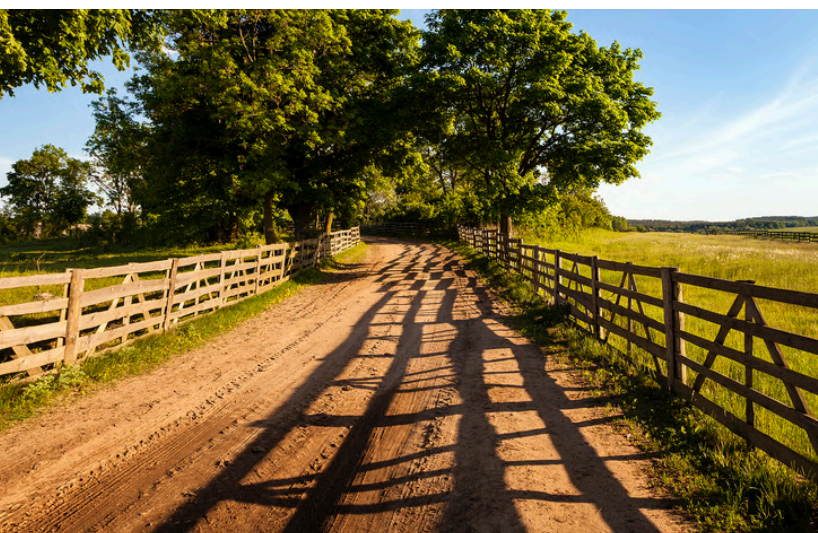
CESTÁ BÁSICA NACIONAL DE ALIMENTOS

O PLP 35/24, apresentado pelo deputado Pedro Lupion (PP/PR) e outros parlamentares, institui a Cesta Básica Nacional de Alimentos - CNA, criada pelo artigo 8º da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

INVASORES DE TERRA

Apresentado pelo deputado Marcos Pollon (PL/MS), o PL 1188/24, que dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Invasores de Propriedades Urbanas e Rurais e da outras providências.



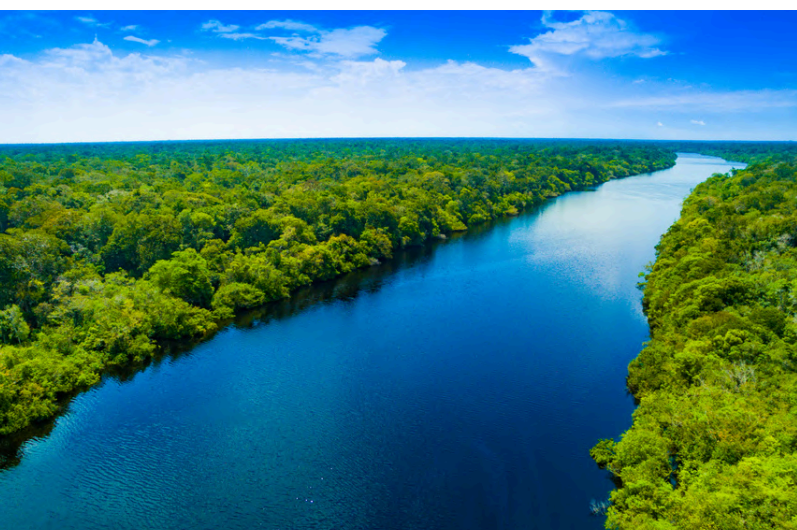


SEGURO RURAL

Apresentado pela senadora Tereza Cristina (PP/MS), o PL 2951/24, que dispõe sobre a política agrícola; sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural; e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; bem como revoga dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural

PASSAPORTE EQUESTRE

De autoria do deputado Evair de Mello (PP/ES), o PL 183/24 cria o passaporte equestre para permitir o transporte de equinos (cavalo, égua), asininos (jumento) e muars (burro, mula, bardoto) para atividades culturais, desportivas, de lazer, turísticas, de trabalho rural, de policiamento ou terapêuticas.



AMAZÔNIA LEGAL

Autoria da deputada Silvia Waiãpi (PL/AP), o PL 1399/24, que altera os artigos 12, I, "a" e 15, §4º, I da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 (Código Florestal Brasileiro), para promover o desenvolvimento econômico e social da Amazônia Legal.



5

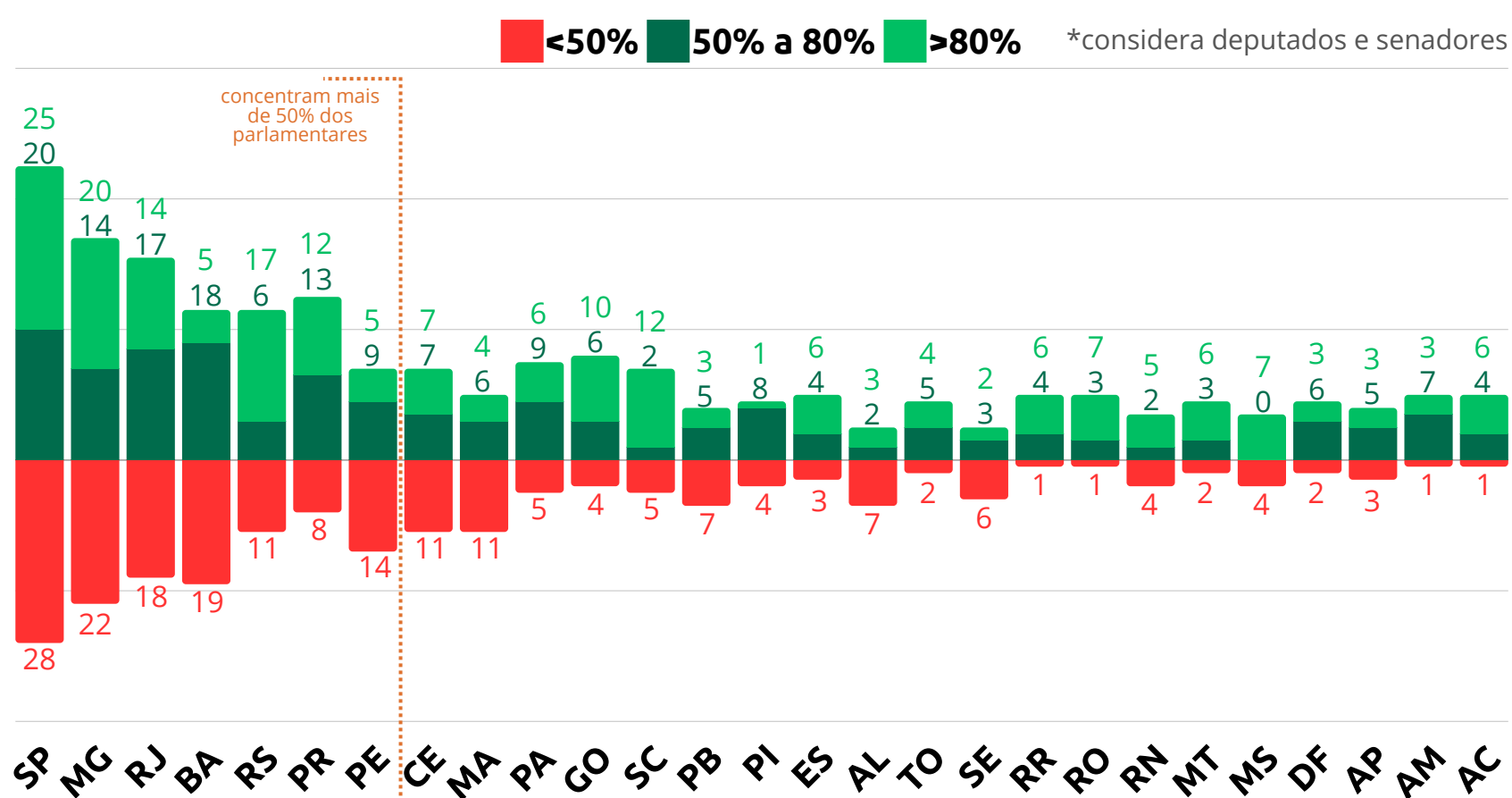
Alinhamento Parlamentar

Acompanhamento dos parlamentares que mais defendem o produtor rural no Congresso Nacional

ALINHAMENTO PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

NÍVEL DE ALINHAMENTO AO AGRO POR UF



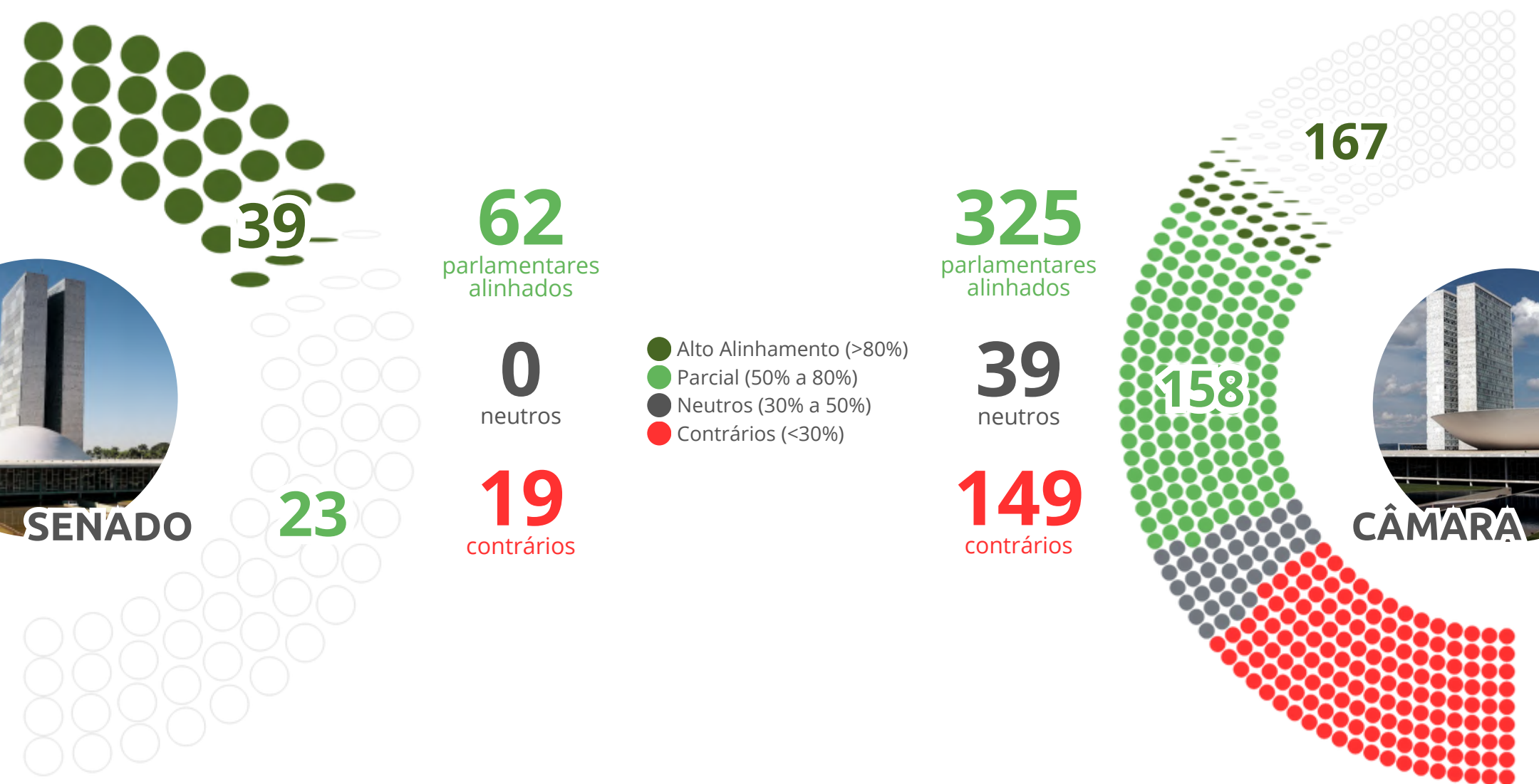
O gráfico demonstra o nível de alinhamento dos parlamentares ao setor agropecuário por unidade federativa (UF), considerando deputados e senadores. A divisão é feita em três categorias: **parlamentares com menos de 50% de alinhamento** (em vermelho), **entre 50% e 80%** (verde escuro) e **mais de 80%** (verde claro).

Há uma concentração de **53% do total** de parlamentares em **São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco**. Dentre eles, São Paulo se destaca por ser a maior bancada no Congresso e apresentar o maior número de parlamentares com alinhamento positivo ao agro (45 parlamentares do total de 73).

O gráfico também mostra que dentre as maiores federações representadas, **Pernambuco e Bahia** possuem os menores percentuais de alinhamento parlamentar (vermelho); já **Paraná e Rio Grande do Sul**, os maiores (verde).

ALINHAMENTO AO AGRO POR CASA LEGISLATIVA

CONGRESSO NACIONAL



A dinâmica política no Legislativo exige um **olhar ampliado para o comportamento parlamentar perante as votações** de matérias favoráveis ao agro. Haja vista que pautas em comum podem unir setores habitualmente antagônicos, é **necessário atribuir cortes** para considerar um parlamentar alinhado ou não ao agro. Adicionalmente, não é incomum votações serem decididas por alguns votos, portanto, um percentual mais conservador corrobora com uma **estratégia de maior sucesso**.

Dito isso, aqueles com **mais de 80%** de alinhamento foram considerados “altos”; de **50% a 80%**, “parciais”; de **30% a 50%**, são “neutros”; e com **menos de 30%**, “contrários”.

Os gráficos acima demonstram que a **Câmara dos Deputados** possui **325 parlamentares alinhados** às pautas do agro, contra **39 neutros** e **149 contrários** – *menos de 50% de alinhamento em votações*. Já no **Senado Federal**, são **62 favoráveis** e **19 contrários**.

Assim, há uma **predominância do apoio ao agro**, considerando o mapeamento de votações de significativa relevância para o setor. Assim, na **Câmara**, a taxa de alinhamento **atinge os 63%** (verde escuro e claro), enquanto que, no **Senado**, são **76%**.

6

Produtos ARI

Acompanhamento de cada etapa
legislativa de interesse do produtor

PRODUTOS ARI

RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA



Agenda Legislativa - Destaques da Semana

✓ 22 no primeiro semestre

A **Agenda Legislativa - Destaques da Semana** é um panorama detalhado da tramitação das matérias prioritárias da CNA pautadas no Congresso Nacional que impactam o produtor rural. Enviada semanalmente para parlamentares, assessores, lideranças, consultores legislativos e Federações.

Posicionamento Técnico

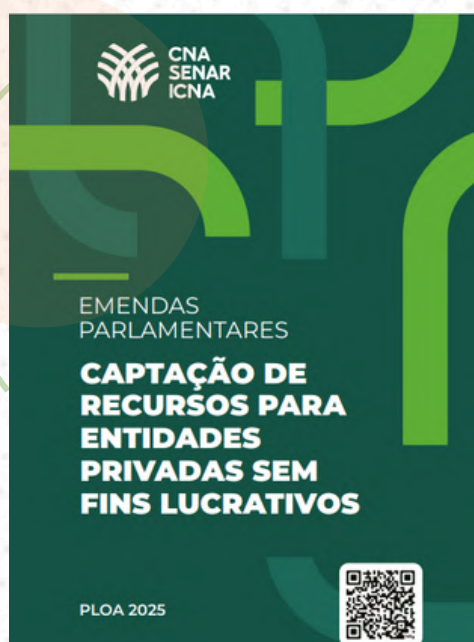
✓ 77 no primeiro semestre

O **Posicionamento Técnico** é elaborado pela ARI, com base no posicionamento e avaliação dos técnicos da CNA, e que tem o objetivo de informar e contextualizar os parlamentares a respeito de temas prioritários para o produtor.



EMENDAS PARLAMENTARES

Visando ampliar a captação de recursos do Orçamento Geral da União para programas que beneficiem o produtor rural, a ARI elaborou a **Cartilha de Emendas Parlamentares**. Este documento apresenta um cardápio de oportunidades de ações orçamentárias.



PRODUTOS ARI

RELACIONAMENTO E
COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA



Aconteceu no Congresso

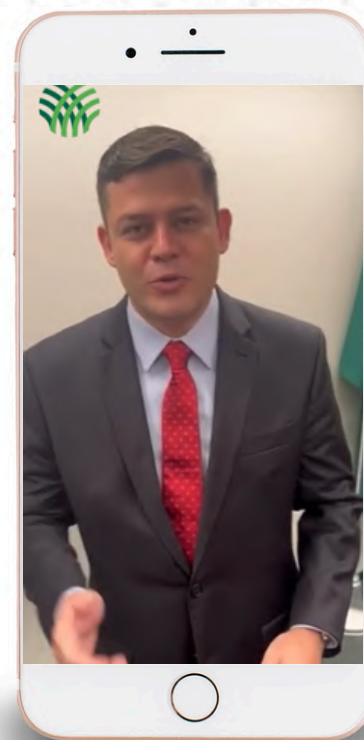
✓ 10 no primeiro semestre

○ **Aconteceu no Congresso** é produto encaminhado às sextas-feiras por WhatsApp para assessores, parlamentares e Federações. É um resumo dos acontecimentos mais relevantes no Congresso Nacional. O produto é uma maneira sucinta de transmitir ao produtor rural os principais avanços da semana e os parlamentares envolvidos nas ações políticas.

Vídeos institucionais

21 no primeiro semestre ✓

Os **Vídeos Institucionais** são gravados com parlamentares no Congresso Nacional, com objetivo de valorizar as conquistas do setor produtivo alcançadas através da atuação política. Os vídeos são utilizados para uma comunicação direta com o produtor rural.







Assessoria de Relações Institucionais (ARI)


 (61) 99275 3603

 cna.ri@cna.org.br

 cnabrazil.org.br

 /canaldoprodutor

 /SistemaCNA

 /SistemaCNA

 /SistemaCNA

 /agrofortebrasilforte